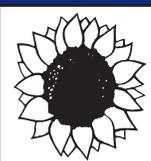


Avançar é preciso! Mais força à **CDU**

PCP-PEV



cdu.pt

Foi a intervenção decisiva do PCP que, dando expressão à luta desenvolvida, conduziu ao isolamento social e político do governo PSD/CDS e confirmou a sua derrota.

A luta dos trabalhadores e do povo, concretizada em propostas pelos deputados do PCP permitiu repor e conquistar direitos.

Com a luta dos trabalhadores e do povo e pela acção da CDU avançámos:

- ✓ Passes Sociais mais baratos;
- ✓ Manuais escolares gratuitos;
- ✓ Alargamento e aumento do abono de família e pré-natal;
- ✓ Aumento do salário mínimo nacional;
- ✓ Reposição dos feriados;
- ✓ IRS: desagravamento para os salários mais baixos;
- ✓ Reposição do pagamento do subsídio de Natal e férias;
- ✓ Combate à repressão e assédio nos locais de trabalho;
- ✓ Fim do corte do subsídio de desemprego;
- ✓ Aumento extraordinário das reformas.

Podíamos ter ido muito mais longe se o PS deixasse...

Só não se avançou mais porque o PS não deixou. O PS mantém presente na sua governação opções essenciais da política de direita, política submissa aos interesses do grande capital. Já sabemos que com o PS sozinho, ou aliado ao PSD e CDS, o que podemos contar é com mais ataques aos direitos dos trabalhadores.



**Anabela
Silva**

Candidata da CDU
pelo círculo eleitoral
de Lisboa

“Aceitei ser candidata pela CDU porque enquanto cidadã, trabalhadora precária nos call centers da EDP há 20 anos e sindicalista, sempre vi e senti que a CDU esteve presente nas lutas dos trabalhadores no combate à precariedade, defendendo que devemos ser trabalhadores das empresas utilizadoras e não de empresas de trabalho temporário ou prestadoras de serviços”

PROJECTO DE RESOLUÇÃO DO PCP

“Recomenda ao governo a criação e regulamentação da profissão de operador de Centro de Contacto, reforço de direitos, de pausa, descanso e higiene e saúde no trabalho”

<http://bit.ly/prestacontascallcenters>



“Não se combate a precariedade quando se estabelece o nível de precariedade dita aceitável, acima da qual as empresas pagam uma taxa. Pagam a taxa e o trabalho precário continua. Isto não é combater a precariedade, é tolerá-la e legalizá-la”

Jerónimo de Sousa
Secretário-geral do PCP e 1.º candidato da CDU
pelo círculo eleitoral de Lisboa



A CDU propôs,
PS/PSD/CDS chumbaram

- **Reposição do pagamento a 100% em dia feriado**
- **Reposição do pagamento do trabalho suplementar**

A proposta do PCP fixava, para todos os trabalhadores, o valor mínimo de pagamento do trabalho suplementar em 50% da retribuição na primeira hora, em 75% nas horas e frações subsequentes e em 100% no caso de ser prestado em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, ou em dia feriado.

Mais uma vez a troika PS/PSD/CDS chumbou a proposta do PCP, mantendo a sobre-exploração de centenas de milhares de trabalhadores que não se encontram protegidos por um contrato colectivo de trabalho mais favorável.

A taxa do BE não é solução

Com a oposição da CDU e os votos favoráveis do PS e BE, foi aprovada taxa que, sendo paga pelos patrões, permite legalizar a precariedade!

Com este tipo de medidas, a precariedade continua e passa a ser legal, caminho inverso ao que deve ser seguido.

Decisivo para a melhoria das condições de vida e trabalho, é o reforço da CDU!

Não aceitamos a exploração e condições em que trabalham e vivem os milhares de trabalhadores de centros de contacto, em Portugal. Durante os últimos 4 anos foram centenas as denúncias e propostas que fizemos e que poderiam melhorar significativamente a vida destes trabalhadores. Trabalhadores que contribuem diariamente para lucros de milhões e que recebem pouco mais do que o salário mínimo nacional.

O desemprego e a precariedade não são inevitáveis. É fundamental romper com a precariedade e promover uma verdadeira política de pleno emprego.

Defendemos um País desenvolvido e solidário, onde os trabalhadores e o povo encontrem plena resposta à realização dos seus direitos e aspirações

O PCP e a CDU assumem o compromisso em defender:

- ▶ **A adopção de uma política de Estado que promova a produção nacional, garantindo simultaneamente, o pleno emprego;**
- ▶ **A criação de postos de trabalho efectivos e com direitos, por via da recuperação do controlo das principais empresas e sectores estratégicos, nomeadamente nas Telecomunicações e Energia, colocando-os ao serviço do desenvolvimento da economia nacional;**
- ▶ **O combate aos despedimentos, com a revogação das leis e medidas que visam facilitá-los;**
- ▶ **A promoção de emprego para a juventude, com salários dignos, direitos, estabilidade e perspectiva de carreira profissional;**
- ▶ **A melhoria das condições de acesso e dos montantes do subsídio de desemprego e alargamento do subsídio social de desemprego.**

Subcontratação / Prestação de serviços = Precariedade e roubo! Acabar com a precariedade. Garantir a estabilidade no emprego.

Adopção de um Plano Nacional de Combate à Precariedade

A um posto de trabalho permanente tem de corresponder um contrato de trabalho efectivo

- Passar a efectivos os trabalhadores com vínculos precários, em falsa prestação de serviços, dos falsos recibos verdes ou da externalização de serviços;

Posto de trabalho permanente

Vínculo de trabalho efectivo

Aumento geral dos salários, nomeadamente do salário mínimo nacional!

O aumento geral dos salários para todos os trabalhadores, com um significativo aumento do salário médio, a valorização das profissões e das carreiras e a elevação do Salário Mínimo Nacional para 850 euros, no quadro de uma política global que dê resposta às necessidades dos trabalhadores e das suas famílias e garanta a melhoria da parte dos salários na distribuição do rendimento nacional.

Reduzir o tempo de trabalho. Combater a desregulação dos horários

A redução do tempo de trabalho é uma exigência face ao desenvolvimento científico e tecnológico. É um elemento essencial na compatibilização da vida profissional, com a vida pessoal e familiar.

- A redução do horário de trabalho: 35 horas semanais para todos os trabalhadores, sem perda de remuneração nem de outros direitos;
- 25 dias úteis de férias para todos os trabalhadores;
- A limitação legal do trabalho em regime de turnos e de laboração contínua às actividades de natureza social impreterível ao funcionamento da economia, atendendo ao direito à articulação da vida profissional com a vida familiar e aos riscos para a saúde dos trabalhadores.

Melhorar as condições de trabalho. Prevenir as doenças profissionais

A precariedade e a intensificação dos ritmos do trabalho estão intrinsecamente ligadas à ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.

- A melhoria das condições de trabalho e a eliminação dos factores de risco de acidentes e doenças profissionais; uma maior fiscalização no cumprimento da legislação.
- Aplicação de um Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Riscos Profissionais.
- A criação e funcionamento dos serviços de segurança e saúde nos locais de trabalho, acompanhada de medidas que tornem efectiva a obrigatoriedade legal de formação e informação aos trabalhadores sobre os riscos no trabalho.
- Reforço do acompanhamento médico regular a todos os trabalhadores, e em especial aos trabalhadores por turnos e em profissões de desgaste rápido.



Apoiamos a CDU



Iris Leonardo

CC EDP (Lambert)



Daniel Negrão

CC Meo / Altice



Eduardo Veríssimo

CC NOS (Ed. América)



Fátima Castanho

CC EDP (Lambert)



Marco Coelho

CC Armatis



Samara Bueno

CC 360 Imprimir (Lambert)



Linda Correia

CC NOS (Xerox)



Maria Carrilho

Teleperformance



Nuno Cardoso

CC EDP (Expo)



Felipa Preto

CC EDP (Lambert)



Rubia Kafka

CC 360 Imprimir (Lambert)



Miriã Cação

GI Group



Mônica Paradela

CC 360 Imprimir (Lambert)



Hélia Rosa

CC EDP (Lambert)



Daniel Oliveira

CC NOS (Ed. América)



Mariana Carrilho

Teleperformance

LEGISLATIVAS
2019

Dia 6 de Outubro

Mais força à CDU

PCP-PEV



Jerónimo
de Sousa

Heloísa
Apolónia